

## A HEGEMONIA DA PEQUENA POLÍTICA

Carlos Nelson Coutinho

1. A expressão “hegemonia às avessas”, inventada por nosso querido Chico de Oliveira, é certamente provocativa. Trata-se de uma das muito instigantes e sempre oportunas provocações (no bom sentido da palavra!) postas por ele. Lembro aqui, por exemplo, suas formulações sobre o modo de produção social-democrata, o antivalor, o ornitorrinco e o surgimento de uma nova classe formada pelos gestores dos fundos públicos etc. Mesmo que discordemos de Chico em alguns casos, aprendemos sempre – e muito – com essas provocações, pois nos obrigam a pensar. É o caso também de “hegemonia às avessas”.

De minha parte, porém, para caracterizar as relações de hegemonia hoje, prefiro falar de “hegemonia da pequena política”. Para entendermos essa caracterização, recordemos, antes de mais nada, o que Gramsci chama de “pequena política”. Cito o autor de *Cadernos do cárcere*:

A grande política compreende as questões ligadas à fundação de novos Estados, à luta pela destruição, pela defesa, pela conservação de determinadas estruturas orgânicas econômico-sociais. A pequena política compreende as questões parciais e cotidianas que se apresentam no interior de uma estrutura já estabelecida em decorrência de lutas pela predominância entre as diversas frações de uma mesma classe política (política do dia a dia, política parlamentar, de corredor, de intrigas). Portanto, é grande política tentar excluir a grande política do âmbito interno da vida estatal e reduzir tudo a pequena política.<sup>1</sup>

Ora, é precisamente assim – ou seja, através da exclusão da grande política – que se apresenta a hegemonia na época do neoliberalismo ou,

<sup>1</sup> Antonio Gramsci, *Cadernos do cárcere* (Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1999-2003, v. 3), p. 21.

para usarmos o subtítulo de nosso seminário e deste livro, na época da servidão financeira.

Registremos o seguinte: *seria equivocado pensar que só há batalha hegemônica quando grandes projetos de sociedade se enfrentam*. É verdade que foi assim durante algum tempo na Europa, no tempo em que partidos com diferentes propostas de sociedade competiam entre si, como, por exemplo, conservadores e trabalhistas na Inglaterra ou comunistas e democrata-cristãos na Itália. Nos Estados Unidos, ao contrário, nunca foi assim: ali, a hegemonia dos valores do capitalismo nunca foi posta em discussão pelos dois grandes partidos nacionais, nem mesmo pelas principais organizações sindicais. E, infelizmente, está sendo assim, hoje, também na Europa e em muitos países da América Latina. Que diferença substantiva existe atualmente, por exemplo, entre conservadores e trabalhistas na Inglaterra? Ou entre o governo FHC e o governo Lula no Brasil?<sup>2</sup>

Hegemonia, portanto, nem sempre se baseia no que Gramsci chamou de "ideologias orgânicas", aquelas que expressam de modo claro e sistemático a concepção do mundo das classes sociais fundamentais. Independentemente de basear-se ou não numa ideologia orgânica, uma relação de hegemonia é estabelecida quando um conjunto de crenças e valores se enraíza no senso comum, naquela concepção do mundo que Gramsci definiu como "bizarra e heteróclita", com frequência contraditória, que orienta – muitas vezes sem plena consciência – o pensamento e a ação de grandes massas de mulheres e homens. Ora, podemos constatar que predominam, hoje, no senso comum, determinados valores que asseguram a reprodução do capitalismo, ainda que nem sempre o defendam diretamente. Refiro-me, em particular, ao individualismo (tão emblematicamente expresso na famosa "lei de Gerson", ou seja, a que nos recomenda tirar vantagem em tudo), ao privatismo (à convicção de que o Estado é um mau gestor e tudo deve ser deixado ao livre jogo do mercado), à naturalização das relações sociais (o capitalismo pode até ter seus lados ruins, mas corresponde à natureza humana) etc.

Cabe lembrar ainda que hegemonia é consenso, e não coerção. Existe hegemonia quando indivíduos e grupos sociais aderem consensualmente a certos valores. Mas, como Gramsci observa, existe *consenso ativo* e *consenso*

<sup>2</sup> Voltarei a isso adiante, no item 3.

*passivo*<sup>3</sup>. A hegemonia da pequena política baseia-se precisamente no consenso passivo. Esse tipo de consenso não se expressa pela auto-organização, pela participação ativa das massas por meio de partidos e outros organismos da sociedade civil, mas simplesmente pela aceitação resignada do existente como algo "natural". Mais precisamente, da transformação das ideias e dos valores das classes dominantes em senso comum de grandes massas, inclusive das classes subalternas. Hegemonia da pequena política existe, portanto, quando se torna senso comum a ideia de que a política não passa da disputa pelo poder entre suas diferentes elites, que convergem na aceitação do existente como algo "natural". Quantas vezes ouvimos a frase "os políticos são todos iguais"? Escolhem-se uns ou outros por motivos que, com frequência, nada têm a ver com o conteúdo de suas propostas (as quais, na maioria dos casos, não apresentam nenhuma divergência essencial ou simplesmente não têm conteúdo algum).

Essa concepção da política como disputa de elites, e não como ação de maiorias, foi teorizada por alguns expoentes da teoria política do século XX, como Mosca, Schumpeter, Sartori e muitos outros<sup>4</sup>. Para eles, a política é sempre ação de minorias, de elites. Schumpeter, por exemplo, reduz a democracia ao processo de seleção das elites por meio de eleições periódicas; mas, ao mesmo tempo, também afirma que o povo não sabe combinar interesse e razão, de modo que tais eleições não teriam como fundamento a disputa entre diferentes propostas de sociedade, mas estariam baseadas em escolhas irracionais. Também contribuem para difundir essa hegemonia da pequena política todos os que dizem que vivemos o fim das ideologias, que a diferença entre esquerda e direita desapareceu. Como dizia o hoje esquecido Alain, filósofo francês, quem nega a diferença entre esquerda e direita é sempre de direita. Uma versão mais sofisticada dessa posição é aquela defendida hoje pelo chamado "pós-modernismo": para os autores dessa corrente, a era das "grandes narrativas" morreu, e, no lugar de um ponto de vista totalizante e universal, devemos nos preocupar com as diferenças, com as identidades, com a defesa do multiculturalismo etc. Essa fragmentação das lutas setoriais – que, separadas de uma visão universal, não põem em

<sup>3</sup> Antonio Gramsci, *Cadernos do cárcere*, cit., v. 3, p. 333.

<sup>4</sup> Ver Carlos Nelson Coutinho, "Democracia: um conceito em disputa", em *Intervenções: o marxismo na batalha das ideias* (São Paulo, Cortez, 2006), p. 13-27.

questão o domínio do capital e podem, assim, ser por ele assimiladas – contribui também para o triunfo da pequena política.

Repetindo: existe hegemonia da pequena política quando a política deixa de ser pensada como arena de luta por diferentes propostas de sociedade e passa, portanto, a ser vista como um terreno alheio à vida cotidiana dos indivíduos, como simples administração do existente. A apatia torna-se assim não só um fenômeno de massa, mas é também teorizada como um fator positivo para a conservação da “democracia” pelos teóricos que condenam o “excesso de demandas” como gerador de desequilíbrio fiscal e, conseqüentemente, de instabilidade social. Mas, como também vimos, é expressão de grande política reduzir tudo à pequena política. Em outras palavras, é por meio desse tipo de redução, que desvaloriza a política enquanto tal, que se afirma hoje a quase incontestada hegemonia das classes dominantes. Em situações “normais”, a direita já não precisa da coerção para dominar: impõe-se através desse consenso passivo, expresso entre outras coisas em eleições (com taxa de abstenção cada vez maior), nas quais nada de substantivo está posto em questão.

2. Para identificar melhor a situação atual da hegemonia no mundo, caberia tentar conceituar a chamada “época neoliberal” ou, se preferirmos, a época da servidão financeira. Uma análise sistemática da presente época do capitalismo “globalizado” é uma tarefa ainda não concluída por parte dos marxistas. Contudo, ao que me parece, pode contribuir para essa análise ainda *in progress* uma discussão sobre a possibilidade de compreender características essenciais da contemporaneidade à luz do conceito gramsciano de revolução passiva. Sou cético em face dessa possibilidade. Creio que, antes de falar em revolução passiva, seria útil tentar compreender muitos fenômenos da época neoliberal através do conceito de contrarreforma, que também faz parte, ainda que só marginalmente, do aparato categorial de Gramsci.

Antes de mais nada, recordemos brevemente as principais características da revolução passiva, termo que Gramsci recolhe do historiador napolitano Vincenzo Cuoco, mas atribuindo-lhe um novo conteúdo. Trata-se de um instrumento-chave de que Gramsci se serve para analisar os eventos do *Risorgimento*, ou seja, da formação do Estado burguês moderno na Itália. Mas o conceito é também utilizado por ele como critério de interpretação de fatos sociais complexos e até mesmo de épocas históricas inteiras, bastante diversas entre si, como, por exemplo, a Restauração pós-napoleônica, o fascismo e o americanismo.

Quais são, segundo Gramsci, os traços principais de uma revolução passiva? Ao contrário de uma revolução popular, “jacobina”, realizada a partir de baixo – e que, por isso, rompe radicalmente com a velha ordem política e social –, uma revolução passiva implica sempre a presença de dois momentos: o da “restauração” (trata-se sempre de uma reação conservadora à possibilidade de uma transformação efetiva e radical proveniente de baixo) e o da “renovação” (no qual algumas das demandas populares são satisfeitas “pelo alto”, através de concessões das camadas dominantes). Nesse sentido, falando da Itália, mas expressando características universais de toda revolução passiva, Gramsci afirma que uma revolução desse tipo manifesta:

o fato histórico da ausência de uma iniciativa popular unitária no desenvolvimento da história italiana, bem como o fato de que o desenvolvimento se verificou como reação das classes dominantes ao subversivismo esporádico, elementar, não orgânico, das massas populares, através de “restaurações” que acolheram uma certa parte das exigências que vinham de baixo; trata-se, portanto, de “restaurações progressistas”, ou “revoluções-restaurações”, ou ainda “revoluções passivas”.<sup>5</sup>

O aspecto restaurador, portanto, não anula o fato de que ocorrem também modificações efetivas. A revolução passiva, portanto, não é sinônimo de contrarrevolução e nem mesmo de contrarreforma; na verdade, numa revolução passiva, estamos diante de um reformismo “pelo alto”.<sup>6</sup> Em outra passagem, Gramsci diz:

Pode-se aplicar ao conceito de revolução passiva (e pode-se documentar no *Risorgimento* italiano) o critério interpretativo das modificações moleculares, que, na realidade, modificam progressivamente a composição anterior das forças e, portanto, transformam-se em matriz de novas modificações.<sup>7</sup>

Podemos resumir do seguinte modo algumas das características principais de uma revolução passiva: (1) as classes dominantes reagem a pressões que provêm das classes subalternas, ao seu “subversivismo esporádico, ele-

<sup>5</sup> Antonio Gramsci, *Cadernos do cárcere*, cit., v. 1, p. 393; grifo meu.

<sup>6</sup> Christine Buci-Glucksmann e Göran Therborn, depois de caracterizar o *Welfare State* como revolução passiva, definem-no como “reformismo de Estado” (*Le défi social-démocrate*, Paris, Maspero, 1981).

<sup>7</sup> Antonio Gramsci, *Cadernos do cárcere*, cit., v. 5, p. 317.

mentar”, ou seja, ainda não suficientemente organizado para promover uma revolução “jacobina”, a partir de baixo, mas já capaz de impor um novo comportamento às classes dominantes; 2) essa reação, embora tenha como finalidade principal a conservação dos fundamentos da velha ordem, implica o acolhimento de “uma certa parte” das reivindicações provindas de baixo; 3) ao lado da conservação do domínio das velhas classes, introduzem-se modificações que abrem caminho para novas modificações. Portanto, estamos diante, nos casos de revoluções passivas, de uma complexa dialética de *restauração e revolução*, de *conservação e modernização*.

Ao contrário de “revolução passiva”, que é certamente um dos conceitos centrais dos *Cadernos do cárcere*, Gramsci emprega muito pouco o termo “contrarreforma”. Além do mais, na esmagadora maioria dos casos, o termo se refere diretamente ao movimento pelo qual a Igreja Católica, no Concílio de Trento, reagiu contra a Reforma protestante e algumas de suas consequências políticas e culturais. Mas pode-se também registrar que Gramsci não apenas estende o termo a outros contextos históricos, como busca ainda extrair dele algumas características que nos permitem, ainda que só aproximativamente, falar da criação, por ele, de um conceito.

Sobre a possibilidade de estender historicamente o termo, pode-se constatar que Gramsci, num parágrafo em que fala do humanismo, refere-se a uma “contrarreforma antecipada”<sup>8</sup>. É assim, claro, que, para ele, pode ocorrer uma contrarreforma também diante de fenômenos históricos que não a Reforma protestante. Em outro parágrafo, no qual caracteriza as utopias como reações “modernas” e “populares” à Contrarreforma, Gramsci apresenta um dos traços definidores desta última como sendo próprio de todas as restaurações: “A Contrarreforma, [...] de resto, *como todas as restaurações*, não foi um bloco homogêneo, *mas uma combinação substancial, se não formal, entre o velho e o novo*”<sup>9</sup>.

Parece-me importante sublinhar que, nessa passagem, Gramsci caracteriza a contrarreforma como uma pura e simples “restauração”, diferentemente do que faz no caso da revolução passiva, quando fala em “revolução-restauração”. Apesar disso, porém, ele admite que há, até mesmo nesse caso, uma “combinação entre o velho e o novo”. Podemos supor, assim, que a diferen-

ça essencial entre uma revolução passiva e uma contrarreforma reside no fato de que, enquanto na primeira certamente existem “restaurações” – mas que “acolheram uma certa parte das exigências que vinham de baixo” –, na segunda é preponderante não o momento do novo, mas precisamente o do velho. Trata-se de uma diferença talvez sutil, mas que tem um significado histórico que não pode ser subestimado.

Uma vez esboçadas as principais determinações que as duas noções assumem em Gramsci, podemos retornar à questão formulada acima: a época neoliberal, iniciada nas últimas décadas do século XX, aproxima-se mais de uma revolução passiva ou de uma contrarreforma? A pergunta, evidentemente, não tem nenhum sentido para a própria ideologia neoliberal. Os ideólogos do neoliberalismo gostam hoje de se apresentar como defensores de uma suposta “terceira via” entre o liberalismo puro e a social-democracia “estatista” e, assim, como representantes de uma posição essencialmente ligada às exigências da modernidade (ou, mais precisamente, da chamada pós-modernidade) e, portanto, ao progresso<sup>10</sup>. Assim, a versão atual da ideologia neoliberal faz da reforma (ou mesmo da revolução, já que alguns gostam de falar de uma “revolução liberal”) sua principal bandeira.

A palavra “reforma” foi sempre organicamente ligada às lutas dos subalternos para transformar a sociedade e, por conseguinte, assumiu na linguagem política uma conotação claramente progressista e até mesmo de esquerda. O neoliberalismo busca utilizar a seu favor a aura de simpatia que envolve a ideia de “reforma”. É por isso que as medidas por ele propostas e implementadas são mistificadamente apresentadas como “reformas”, isto é, como algo progressista em face do “estatismo”, que, tanto em sua versão comunista como naquela social-democrata, seria agora inevitavelmente condenado à lixeira da história. Desta maneira, estamos diante da tentativa de modificar o significado da palavra “reforma”: o que antes da onda neoliberal queria dizer ampliação dos direitos, proteção social, controle e limitação do mercado etc., significa agora cortes, restrições, supressão desses direitos e desse controle. Estamos diante de uma operação de mistificação ideológica que, infelizmente, tem sido em grande medida bem-sucedida.

<sup>8</sup> Ibidem, v. 2, p. 157.

<sup>9</sup> Ibidem, v. 5, p. 143; grifo meu.

<sup>10</sup> Ver, entre muitos outros, Anthony Giddens, *A terceira via* (Rio de Janeiro, Record, 1999).

Ao contrário, é com razão que a noção de revolução passiva pode ser ligada à ideia de reforma, ou mesmo de reformismo, embora se trate em última instância de um reformismo conservador e “pelo alto”. Como vimos, um verdadeiro processo de revolução passiva tem lugar quando as classes dominantes, pressionadas pelos de baixo, acolhem – para continuar dominando e até mesmo para obter o consenso passivo dos subalternos – “uma certa parte das exigências que vinham de baixo”, nas palavras já citadas de Gramsci.

Foi precisamente o que aconteceu na época do *Welfare State* e dos governos da velha social-democracia<sup>11</sup>. Com efeito, o momento da restauração teve um papel decisivo no *Welfare*: por meio das políticas intervencionistas sugeridas por Keynes e do acolhimento de muitas das demandas das classes trabalhadoras, o capitalismo tentou e conseguiu superar, pelo menos por algum tempo, a profunda crise que o envolveu entre as duas guerras mundiais. Mas essa restauração se articulou com momentos de revolução ou, mais precisamente, de reformismo, no sentido forte da palavra, o que se manifestou não apenas na conquista de importantes direitos sociais por parte dos trabalhadores, mas também na adoção, pelos governos capitalistas, de elementos de economia programática, que até aquele momento era defendida apenas por socialistas e comunistas. É certo que as velhas classes dominantes continuaram a dominar, mas os subalternos foram capazes de conquistar significativas “vitórias da economia política do trabalho sobre a economia política do capital”<sup>12</sup>. Deve-se recordar que o *Welfare* surgiu num momento em que a classe trabalhadora, através de suas organizações (sindicais, políticas), obtivera uma forte incidência na composição da correlação de forças entre o trabalho e o capital. Não se deve esquecer também que a revolução passiva welfarista é também uma resposta ao grande desafio ao

<sup>11</sup> Não posso aqui desenvolver o tema, mas me parece que algumas (ainda que não muitas) das conquistas do *Welfare State* foram asseguradas aos trabalhadores urbanos, na América Latina, durante o chamado período populista. Talvez isso explique o fato de que hoje, em nosso subcontinente, o termo “populismo” venha sendo utilizado pelos neoliberais para desqualificar qualquer tentativa de escapar dos constrangimentos impostos pelo fetichismo do mercado.

<sup>12</sup> A expressão é de Marx (“Manifesto de lançamento da Associação Internacional dos Trabalhadores”, em Karl Marx e Friedrich Engels, *Obras escolhidas*, Rio de Janeiro, Vitória, v. 1, 1956, p. 354), referindo-se à limitação legal da duração da jornada de trabalho e ao movimento cooperativista.

capital representado não só pela Revolução de Outubro, mas também pela presença da União Soviética, que emergia da Segunda Guerra Mundial com um enorme prestígio entre as massas trabalhadoras e os progressistas de todo o mundo.

Não creio que se possa encontrar no que chamei (de modo um pouco simplista) de “época neoliberal” essa dialética de restauração-revolução que caracteriza as revoluções passivas. Na conjuntura em que estamos imersos, as classes trabalhadoras – por muitas razões, entre elas a chamada “reestruturação produtiva”, que pôs fim ao fordismo e, portanto, às formas correspondentes de organização dos operários – têm sido obrigadas a se pôr na defensiva; suas expressões sindicais e partidárias sofreram um evidente recuo na correlação de forças com o capital. Além disso, com o colapso do “socialismo real”, diminuiu em muito a força de atração das ideias socialistas, que uma habilidosa propaganda ideológica identificou com o modelo “estatolátrico” vigente nos países da Europa do Leste. A luta de classes, que certamente continua a existir, não se trava mais em nome da conquista de novos direitos, mas da defesa daqueles já conquistados no passado.

Não temos assim, na época em que estamos vivendo, o acolhimento de “uma certa parte das exigências que vêm de baixo”, que Gramsci considerava, como vimos, uma característica essencial das revoluções passivas. Na época neoliberal, não há espaço para o aprofundamento dos direitos sociais, ainda que limitados, mas estamos diante da tentativa aberta – infelizmente em grande parte bem-sucedida – de eliminar tais direitos, de desconstruir e negar as reformas já conquistadas pelas classes subalternas durante a época de revolução passiva iniciada com o americanismo e levada a cabo no Welfare State. As chamadas “reformas” da previdência social, das leis de proteção ao trabalho, a privatização das empresas públicas etc. – “reformas” que estão atualmente presentes na agenda política tanto dos países capitalistas centrais quanto dos periféricos (hoje elegantemente rebatizados de “emergentes”) – têm por objetivo a pura e simples restauração das condições próprias de um capitalismo “selvagem”, no qual devem vigorar sem freios as leis do mercado.

Estamos diante da tentativa de supressão radical daquilo que, como vimos, Marx chamou de “vitórias da economia política do trabalho” e, por conseguinte, de restauração plena da economia política do capital. É por isso que me parece mais adequado, para uma descrição dos traços essenciais da época contemporânea, utilizar não o conceito de revolução passiva, mas sim

o de contrarreforma. (De resto, pelo menos nos países ocidentais, não se trata de uma contrarrevolução, porque neles o alvo da ofensiva neoliberal não são os resultados de uma revolução propriamente dita, mas o reformismo forte que caracterizou o *Welfare State*.) Decerto, a época neoliberal não destrói integralmente algumas conquistas do *Welfare*, fato que se deve sobretudo à resistência dos subalternos. Por outro lado, nos círculos neoliberais mais ligados à chamada “terceira via” (e até mesmo em organismos financeiros internacionais como o Banco Mundial) vem se manifestando nos últimos tempos uma “preocupação” em face das consequências mais desastrosas das políticas neoliberais (que continuam, malgrado isso, a ser aplicadas), entre as quais, por exemplo, o aumento exponencial da pobreza. Mas essa “preocupação” – que levou à adoção de políticas sociais compensatórias e paliativas, como é o caso do Fome Zero no Brasil – não anula o fato de que estamos diante de um indiscutível processo de contrarreforma. Lembremos que Gramsci nos adverte, como vimos antes, para o fato de que “as restaurações [não são] um bloco homogêneo, *mas uma combinação substancial, se não formal, entre o velho e o novo*”<sup>13</sup>. O que caracteriza um processo de contrarreforma não é a completa ausência do novo, mas a enorme preponderância da conservação (ou mesmo da restauração) em face das eventuais e tímidas novidades.

Como se sabe, Gramsci chamou a atenção para uma importante consequência da revolução passiva: a prática do transformismo como modalidade de desenvolvimento histórico, um processo que, através da cooptação das lideranças políticas e culturais das classes subalternas, busca excluí-las de todo efetivo protagonismo nos processos de transformação social. Embora se apresente, nas palavras de Gramsci, como uma “ditadura sem hegemonia”<sup>14</sup>, o Estado protagonista de uma revolução passiva não pode prescindir de um mínimo de consenso. E Gramsci nos indica o modo pelo qual as classes dominantes obtêm esse consenso mínimo, “passivo”, no caso de processos de transição “pelo alto”, igualmente “passivos”. Ele se refere à Itália, mas avança observações válidas, quando devidamente concretizadas, também para outros países e outras épocas:

<sup>13</sup> Antonio Gramsci, *Cadernos do cárcere*, cit., v. 5, p. 143; grifo meu.

<sup>14</sup> *Ibidem*, v. 5, p. 330.

O transformismo como uma das formas históricas daquilo que já foi observado sobre a “revolução-restauração” ou “revolução passiva” [...]. Dois períodos de transformismo: 1) de 1860 até 1900, transformismo “molecular”, isto é, as personalidades políticas elaboradas pelos partidos democráticos de oposição se incorporam individualmente à “classe política” conservadora e moderada (caracterizada pela hostilidade a toda intervenção das massas populares na vida estatal, a toda reforma orgânica que substituísse o rígido “domínio” ditatorial por uma “hegemonia”); 2) a partir de 1900, o transformismo de grupos radicais inteiros, que passam ao campo moderado.<sup>15</sup>

Uma das razões que parecem justificar o uso do conceito de revolução passiva para caracterizar a época do neoliberalismo é precisamente a generalização de fenômenos de transformismo, seja nos países centrais, seja nos periféricos. Embora não me proponha aqui a discutir mais diretamente a questão (que merece, porém, uma atenção especial), creio que o transformismo como fenômeno político não é exclusivo dos processos de revolução passiva, mas pode também estar ligado a processos de contrarreforma. Se não fosse assim, seria difícil compreender os mecanismos que, em nossa época, marcaram a ação de sociais-democratas e de ex-comunistas no apoio a muitos governos contrarreformistas em países europeus, mas também fenômenos como os governos Cardoso e Lula num país da periferia capitalista como o Brasil<sup>16</sup>.

A definição de nossa época como caracterizada pela contrarreforma e não por uma nova revolução passiva tem implicações para nossa discussão sobre as características das atuais formas de hegemonia. Para Gramsci, como vimos, as revoluções passivas respondem a grandes desafios históricos. A época de revolução passiva iniciada com a Restauração, na Europa do século XIX, pode ser vista como uma resposta “pelo alto” às exigências postas pela Revolução Francesa: muitas das conquistas dessa Revolução são recolhidas, mas ao mesmo tempo emasculadas, gerando aquilo que poderíamos

<sup>15</sup> *Ibidem*, v. 5, p. 286.

<sup>16</sup> É também o transformismo que explica a conversão, no Brasil de Lula, de importantes lideranças sindicais em gestores dos fundos previdenciários públicos, ou seja, em uma nova fração das classes dominantes. Prefiro considerar que esse processo transformista gera uma *fração de classe* e não, como afirma Francisco de Oliveira, em *Crítica à razão dualista/ O ornitorrinco* (São Paulo, Boitempo, 2003), p. 147, uma *nova classe*.

chamar de passagem da democracia radical para o liberalismo moderado. Algo similar ocorre no americanismo (e em sua expansão no *Welfare State*): a “concessão” de direitos sociais, a adoção keynesiana de elementos de “economia programática” etc. são tentativas de responder ao desafio anticapitalista representado pela Revolução de Outubro e pela União Soviética. Em ambos os casos de revolução passiva, ou seja, tanto na Restauração oitocentista quanto no americanismo-welfarismo, estavam em jogo, em última instância, questões de “grande política”: no primeiro caso, a alternativa entre a democracia plebeia dos jacobinos (que já apontava para o socialismo, ainda que utópico) e o liberalismo burguês moderado; no segundo, a oposição entre socialismo e capitalismo. Ao contrário, a contrarreforma neoliberal não tem como pano de fundo nenhuma questão de “grande política”: na disputa entre republicanos e democratas nos Estados Unidos, entre trabalhistas e conservadores na Inglaterra, entre direita e “centro-esquerda” na Itália etc., não está em jogo nenhuma opção entre diferentes modelos de sociedade. Podemos assim dizer que, na era da contrarreforma neoliberal, predomina sem grandes contrastes a hegemonia da pequena política.

3. Vivemos também, no Brasil de hoje, a hegemonia da “pequena política”. Malgrado todos os seus limites, a transição que o país experimentou entre o fim dos anos 1970 e meados de 1980 revelou, em seu ponto de chegada, um dado novo e extremamente significativo: o fato de que o Brasil, após mais de vinte anos de ditadura, havia se tornado preponderantemente uma sociedade “ocidental” no sentido gramsciano do termo, ou seja, na qual existe uma “justa relação” entre Estado e sociedade civil<sup>17</sup>.

Mas, se observarmos as sociedades “ocidentais”, veremos que elas apresentam dois “modelos” principais de articulação da disputa política e da representação de interesses. De um lado, há um modelo que poderíamos chamar de “norte-americano”, caracterizado (como ocorre em toda situação “ocidental”) pela presença de uma sociedade civil forte, bastante desenvolvida e articulada, mas na qual a organização política e a representação dos interesses se dá, respectivamente, por meio de partidos frouxos, não progra-

<sup>17</sup> “No Oriente, o Estado era tudo, a sociedade civil era primitiva e gelatinosa; no Ocidente, havia entre o Estado e a sociedade civil uma justa relação” (Antonio Gramsci, *Cadernos do cárcere*, cit., v. 3, p. 262).

máticos, e de agrupamentos profissionais estritamente corporativos<sup>18</sup>. De outro lado, temos um modelo que poderíamos designar como “europeu”. Neste, havia uma estrutura partidária centrada em torno de partidos com base social razoavelmente homogênea, que defendiam projetos de sociedade definidos e diversos entre si; havia ainda um sindicalismo classista, politizado, que não se limitava a organizar pequenos grupos profissionais, mas buscava agregar e representar o conjunto da classe trabalhadora. Portanto, enquanto no “modelo norte-americano” temos partidos que defendem um mesmo projeto hegemônico de sociedade, no “modelo europeu” havia uma salutar disputa entre propostas hegemônicas alternativas. Se, nos Estados Unidos, o socialismo foi sempre uma “ideologia exótica”, na Europa ele esteve com frequência no centro da agenda política. Para voltarmos a nosso tema: no primeiro caso, estamos diante de um modelo político centrado na “pequena política”, enquanto no segundo são postas em movimento questões de “grande política”<sup>19</sup>.

Logo após o fim da ditadura, o Brasil se viu diante dessas duas possibilidades de organizar sua recém-criada sociedade “ocidental”, ou seja, segundo um modelo americano (neoliberal) ou um modelo europeu (democrático). Se observarmos a vida brasileira dos últimos anos, veremos que esses projetos estiveram presentes e marcaram a agenda e o cenário políticos de nosso país por quase duas décadas. Durante esse período, era marcada a distinção entre nossas duas maiores centrais sindicais: uma que se originou claramente inspirada num tipo de organização próximo do modelo europeu (CUT) e outra que de modo explícito queria imitar o modelo norte-americano (Força Sindical). Também não é casual que tenhamos tido partidos – em particular o PT, mas também outros partidos de esquerda – organizados segundo um padrão europeu, ao mesmo tempo que tínhamos (e temos)

<sup>18</sup> Não posso aqui aprofundar a questão, mas parece tratar-se precisamente do modelo de sociedade defendido pelos liberais que se inspiram em Tocqueville.

<sup>19</sup> Ao falar do modelo europeu, usei sempre os verbos no passado. É que, na própria Europa, em função da atual expansão da hegemonia neoliberal no mundo inteiro, esse modelo está sendo progressivamente substituído por um modelo de tipo norte-americano. Os partidos políticos europeus (inclusive os partidos social-democratas e ex-comunistas) assemelham-se cada vez mais aos norte-americanos, perdendo suas características programáticas tradicionais; ao mesmo tempo, o movimento sindical começa a assumir no Velho Continente alguns traços próprios de um sindicalismo de resultados.

partidos muito próximos do tipo “norte-americano”, como, por exemplo, o PMDB, que hoje não passa de uma federação de diversificados interesses pessoais e regionais.

A presença simultânea de aparelhos de hegemonia próprios desses dois diferentes modelos revelava, de certo modo, a persistência de uma indefinição quanto ao tipo de sociedade ocidental que iríamos construir. Infelizmente, a chegada do PT ao governo federal em 2003, longe de contribuir para minar a hegemonia neoliberal, como muitos esperavam, reforçou-a de modo significativo. A adoção pelo governo petista de uma política macroeconômica abertamente neoliberal – e a cooptação para essa política de importantes movimentos sociais ou, pelo menos, a neutralização da maioria deles – desarmou as resistências ao modelo liberal-corporativo e assim abriu caminho para uma maior e mais estável consolidação da hegemonia neoliberal entre nós. Estamos assistindo a uma clara manifestação daquilo que Gramsci chamou de “transformismo”, ou seja, a cooptação pelo bloco no poder das principais lideranças da oposição. E esse transformismo, que já se iniciava no governo Cardoso, consolidou definitivamente o predomínio entre nós da hegemonia da pequena política.

Esse tipo de hegemonia se manifesta no fato de que a disputa política entre nós tem se reduzido a um bipartidarismo efetivo, ainda que não formal, centrado na alternância de poder entre um bloco liderado pelo PT e outro pelo PSDB, que não só aplicam a mesma política econômica e social, mas também praticam métodos de governo semelhantes, que não recuam diante de formas mais ou menos graves de corrupção sistêmica. Não é casual o comum compromisso desses dois blocos no sentido de “blindar” a economia, ou seja, de reduzir a uma questão “técnica”, e não política, a definição daquilo que verdadeiramente interessa ao conjunto da população brasileira. Mais uma vez, hegemonia da pequena política.

4. Todas essas reflexões – certamente apressadas – são postas em questão pela atual crise global do capitalismo, que veio à tona no último trimestre de 2008. Será que teremos de novo, para essa crise, uma solução à direita, como foi o caso da vitória do nazismo depois da crise de 1929 (temor expresso, em recente entrevista, pelo historiador Eric J. Hobsbawm)? Será que voltaremos à adoção de políticas keynesianas, ainda que sem muitas concessões aos trabalhadores, como parece resultar de algumas propostas hoje postas em prática pelos principais países capitalistas? Será que continuarão

a vigorar, ainda que sob novas formas, as mesmas políticas neoliberais? Ou será que, em consequência da crise, voltará a predominar a “grande política”, com uma retomada do papel antagonista das forças da esquerda e do mundo do trabalho?

É precisamente diante dessas questões que se coloca o angustiante desafio que atravessou nosso seminário: “decifra-me ou te devoro”. São bastante débeis hoje os recursos políticos, organizativos e teóricos de que dispõe a esquerda em todo o mundo. Por isso, ainda que viéssemos a decifrar teoricamente os enigmas de nosso tempo, o que está ainda longe de ser feito, talvez continuássemos a ser – como, de certo modo, já estamos sendo – praticamente devorados. De qualquer modo, o principal desafio da esquerda hoje é recolocar a grande política na ordem do dia, único modo de quebrar a hegemonia da pequena política e, portanto, do capitalismo em sua forma atual, a da servidão financeira. Não se trata de uma tarefa simples. Temos muitos motivos para ser pessimistas. Mas, precisamente por isso, cabe recordar sempre o mote de Gramsci: pessimismo da inteligência, sim, mas também otimismo da vontade. Ou seja, realismo sem ilusões na análise da conjuntura, mas, ao mesmo tempo, empenho na luta para transformar essa conjuntura, para fazer com que a esquerda volte a ter uma palavra a dizer – e um papel a desempenhar – no quadro que se está abrindo em consequência dessa devastadora crise.